

MAIO

CONFERÊNCIA DO MÊS

Roberto Mangabeira Unger, professor titular de Direito da Universidade Harvard, EUA, faz a "Conferência do Mês" de abril (dia 29, às 9h30). O tema será "Pensamento Crítico após o Marxismo".

Mangabeira iniciará com uma interpretação do "tipo específico de determinismo estrutural e evolutivo que a teoria social madura de Marx encarna, para depois esboçar e criticar duas maneiras influentes de superar as limitações do marxismo, preservando-lhe a intenção crítica e transformadora". Finalmente, proporá um terceiro caminho que, "pela sua pertinência à imaginação e à reconstrução das instituições, pode interessar ao pensamento social brasileiro".

A tese central de Mangabeira é que se deve rejeitar a escolha oferecida entre teorias sociais deterministas, como o marxismo, e ciências sociais positivas, de estilo americano: "Pretendo discutir, entre outras coisas, a relação da intelectualidade brasileira com a tarefa teórica e política proposta pelo terceiro caminho".

PENSAMENTO CRÍTICO



Mauro Bellese

pág. 2
CHANGEUX
INICIA
CÁTEDRA
LÉVI-STRAUSS

pág. 3
ONU:
AS MUDANÇAS
QUE MUITOS
DESEJAM

pág. 6
REVISTA Nº 32
RÚSSIA E
GLOBALIZAÇÃO

pág. 7
PROGRAMAÇÃO
DOS EVENTOS
DE MAIO
E JUNHO

pág. 8
OS 30 ANOS
DA TEORIA DA
DEPENDÊNCIA

JUNHO

CONFERÊNCIA DO MÊS



Arquivo IEA

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA
17 DE JUNHO
10h

POVOS TRADICIONAIS E A CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

REFORMA TRIBUTÁRIA

Um dos pontos polêmicos da proposta de reforma tributária do governo federal é a criação de um Imposto de Valor Agregado (IVA) de competência da União, em substituição ao ICMS, IPI, IOF e outros tributos. Estados e municípios temem a perda de receita. Essa questão e muitas outras foram analisadas no seminário "A Reforma Tributária no Brasil" em abril, com a participação de autoridades fiscais, políticos e acadêmicos. PÁGS. 4 e 5

USP FM

93.7

CONTEXTO

Domingo • 10h30

Um programa produzido pelo IEA

NEUROCIÊNCIA

CHANGEUX INAUGURA CÁTEDRA LÉVI-STRAUSS

O neurocientista francês Jean-Pierre Changeux faz a conferência inaugural da Cátedra Lévi-Strauss dia 27 de maio, às 16h, com o tema "Ética e Neurociência". O evento será em francês.

Um dos mais renomados cientistas franceses, Changeux integra o Collège de France e é diretor da Unidade de Neurobiologia Molecular do Instituto Pasteur em Paris. Foi responsável pela caracte-

terização, isolamento e purificação do receptor de acetilcolina, o primeiro receptor para um neurotransmissor, e sua porta de ligação de canal iônico a ser identificado. É também presidente do Comitê Consultivo Nacional de Ética para as Ciências da Vida e da Saúde francês.

A Cátedra Lévi-Strauss do IEA foi criada através de convênio entre o Collège de France e a USP. O objetivo desse novo posto de pesqui-

sa no IEA é propiciar o desenvolvimento de cooperação científica entre a França e o Brasil, através de cursos, conferências e participação em seminários de pesquisa. Entretanto, as atividades não ficarão restritas a integrantes das duas instituições; poderão participar professores, pesquisadores e especialistas de outras instituições dos dois países. O convênio terá validade de cinco anos.

HOME PAGE DO IEA: <http://www.usp.br/iea>

HISTÓRIA

WACHTEL FALA SOBRE DUALISMO ANDINO

O historiador Nathan Wachtel, do Collège de France, criador da chamada "História dos Vencidos", foi o Conferencista do Mês de abril. Sua conferência no dia 15 tratou da organização dualista nas sociedades andinas.

Wachtel tratou do tema a partir do caso dos índios Urus de Chipaya, Bolívia. Entre eles, um sistema de classificação fundado numa lógica binária ordena não somente a sociedade, mas

também o espaço, o tempo, o universo. Um dos traços mais originais do dualismo andino está presente na cultura dos Chipayas: a estrutura em "jogo de espelhos", onde os elementos que entram numa das categorias classificatórias são suscetíveis de desdobramentos indefinidos. Esses desdobramentos engendram quadripartições complexas, desenhando configurações diversas segundo o ponto de vista adotado.



Mauro Belleza

Wachtel: conhecimento profundo das culturas andinas

Diretor de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Wachtel é professor do Collège de France, diretor/fundador do Centro de Pesquisas sobre os Mundos Americanos e diretor do Laboratório de Antropologia Social, todas instituições francesas. É autor de

"A Visão dos Vencidos. Os Índios do Peru diante da Conquista Espanhola (1530-1570)" (1971), "Memórias Judias" (1986), "O Retorno dos Ancestrais. Os Índios Urus da Bolívia, Séculos 20-16. Ensaio de História Regressiva" (1990) e "Deuses e Vampiros. Retorno a Chipaya" (1992).

Avançados estudos

Universidade de São Paulo
Reitor Jacques Marcovitch
Vice-Reitor Adolpho José Melfi

ano X . n.º 51
mai . jun . jul
1998

Instituto de Estudos Avançados Conselho Deliberativo

Alfredo Bosi (diretor),
Edwin Ricardo Vásques,
Franklin Leopoldo e Silva,
Gerhard Malnic,
Gilberto Dupas,
Imre Simon,
Pedro Leite da Silva Dias e
Renato Helios Migliorini.

Redação e Edição

Mauro Belleza (MTB-SP 12.739),
E-mail <mbelleza@usp.br>.
Travessa J, 374, térreo, Cidade
Universitária, 05508-900, São Paulo,
SP, Telefones (011) 818 3919 e
818 4442, Fax (011) 211 9563,
E-mail <iea@edu.usp.br>.

Editoração Eletrônica

MC&L Editoração e Design

Fotolito

Bureau Bandeirante

Impressão

Coordenadoria de Comunicação
Social da USP

Estudos Avançados circula quatro
vezes ao ano (março/abril, maio/junho,
agosto/setembro e outubro/dezembro)

AS MUDANÇAS DESEJADAS PARA A ONU

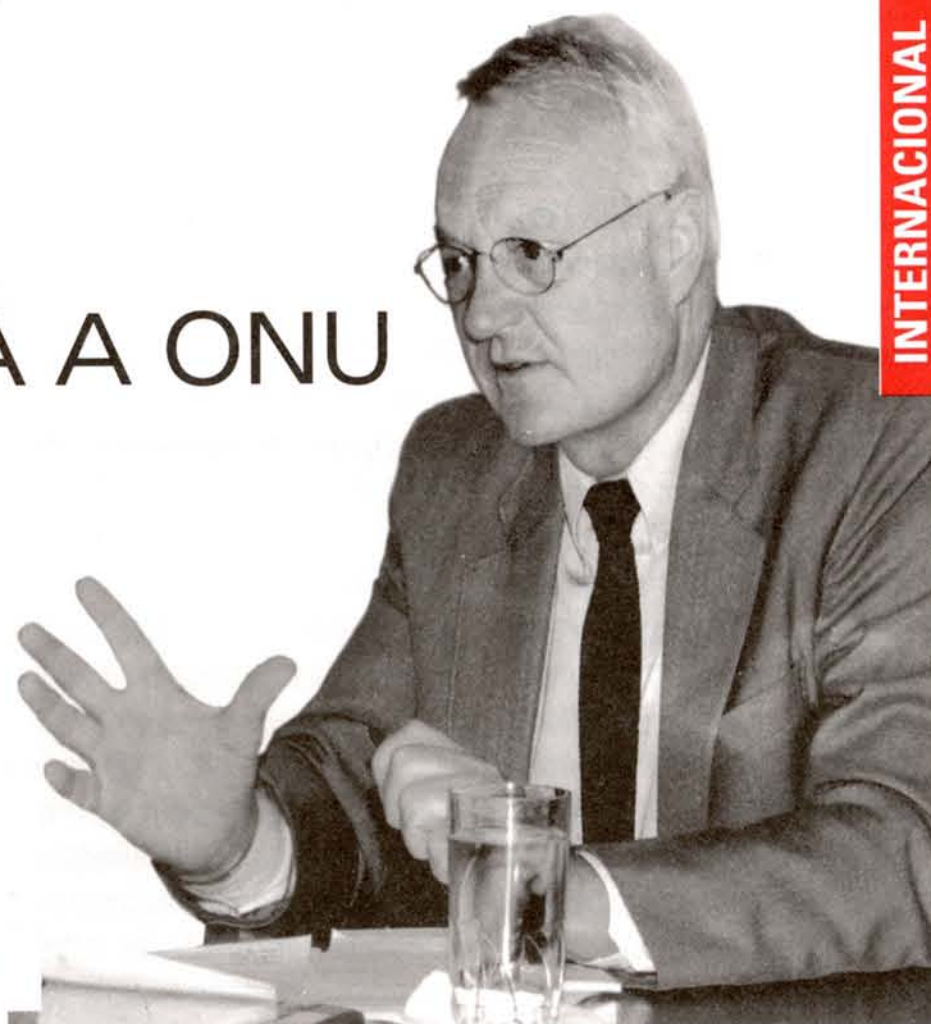
Um Conselho de Segurança com maior representatividade, participação efetiva das Organizações Não-Governamentais (ONGs) nos processos de tomada de decisão, ações preventivas para assegurar a paz e inclusão da responsabilidade comum quanto ao meio ambiente são algumas das principais propostas debatidas no seminário "A Reforma da ONU", em abril. O evento teve palestra de Kjeld Aakjaer, presidente da Associação das Nações Unidas da Dinamarca, e comentários de Celso Amorim, embaixador do Brasil na ONU, e João Clemente Baena Soares, ex-embaixador do Brasil na OEA.

Aakjaer apresentou as propostas elaboradas pela entidade dinamarquesa em 1997. "O direito de veto em relação a emendas à Carta deveria ser substituído por decisões majoritárias qualificadas (5/6 dos votos). No que se refere aos objetivos básicos das Nações Unidas, é importante que a Carta inclua a responsabilidade comum quanto ao meio ambiente e se refira a todas as atuais e futuras situações - biotecnologia e proteção contra meteoros, por exemplo - que possam ser significativas para a existência e o desenvolvimento da humanidade. Deve prever também a desejável participação das ONGs nos processos de tomada de decisão da ONU."

A entidade dinamarquesa defende que seja fortalecido o papel da Assembleia Geral para o estabelecimento de políticas e quanto às decisões sobre diretrizes e estratégias para o trabalho da ONU (financiamento, organização, etc.). O Conselho de Segurança, por sua vez, "deveria ter reduzidos sua grande influência e poder em comparação com outros organismos da ONU, especialmente a Assembleia Geral, e se tornar mais representativo, sem arriscar sua eficácia".

A Secretaria Geral "deve ser capaz de desempenhar suas atribuições efetiva e confiavelmente e, conseqüentemente, ser responsável pelas principais equipes políticas. Isso requer diretrizes bem definidas, líderes competentes e responsáveis, e adequado suporte financeiro e de pessoal". O Conselho Econômico e Social (Ecosoc) precisa ser transformado num Conselho de Segurança Econômica e Social, "constituído de praticamente o mesmo número de membros do Conselho de Segurança".

Para Baena Soares, a reforma das Nações Unidas tem que passar antes pela reforma da percepção que temos dos organismos internacionais, sobretudo quanto à utilidade desses organismos para a vida cotidiana. "No Brasil não temos uma associação como a existente na Dinamarca e em outros países."



INTERNACIONAL

Mauro Belleza

Aakjaer: "ONGs devem participar da tomada de decisões da ONU"

Antes de uma operação de reforma direcionada em função da entidade mundial, seria mais adequado e aconselhável, segundo Baena Soares, que se trabalhasse dentro dos organismos regionais. "Muita coisa poderia ser feita sem mexer na Carta. Bastaria que se cumprissem os compromissos assumidos. Outros pontos, porém, requerem um esforço maior. No caso das ONGs, o primeiro passo é estabelecer normas que permitam definir sua legitimidade e transparência."

"A ONU tem um orçamento anual de 1,2 bilhão de dólares, menos do que os orçamentos somados da polícia e dos bombeiros de Nova York, com um total de pessoal menor do que o número de funcionários dos parques Disney somados. É preciso considerar esses números quando se pergunta porque a ONU não resolveu tal e qual problema", comentou Celso Amorim.

De acordo com o embaixador, a Carta teve apenas duas ou três alterações em 50 anos e portanto necessita ser reformulada. "A ONU, no seu aspecto fundamental de assegurar a paz e a segurança, esteve paralisada. Claro que houve vários episódios importantes - Suez, Congo, descolonização, condenação do apartheid -, mas a verdade é que as grandes crises internacionais ficaram à margem da ONU, pois o poder de veto dos EUA e de outros países impediu que essas questões fossem ali tratadas. A partir do fim da Guerra Fria nota-se um aumento das atividades da ONU na área de paz e segurança, sobretudo através de resoluções do Conselho de Segurança, que, no entanto, já não corresponde ao mundo de hoje. Ele é mais ativo, mas para que suas ações estejam lastreadas em maior legitimidade é preciso mudar sua composição."

ECONOMIA

REFORMA TRIBUTÁRIA: URGENTE, COMPLEXA E CONFLITUOSA

Desde de setembro de 1995, tramita no Congresso Nacional proposta de emenda constitucional que prevê a reforma do sistema tributário nacional. É ponto acordado entre todos os setores do país a necessidade de modernização, simplificação, maior eficácia e justiça do sistema tributário, em benefício do contribuinte, do atendimento das carências sociais, da diminuição da dívida pública e do aumento da competitividade dos setores produtivos. Entretanto, a formulação da proposta de reforma tem encontrado dificuldades que vão da prioridade dada pelo governo federal a outras reformas até divergências entre grupos de estados, partidos e níveis de governo.

Um dos pontos centrais de divergência é a idéia de criação de um imposto federal, o Imposto de Valor Agregado (IVA), em substituição ao ICMS estadual. Governos estaduais estão preocupados com uma possível perda de receita que isso acarretaria. No painel de debates "A Reforma Tributária no Brasil", realizado pelo IEA no dia 13 de abril, essa divergência e outras - além de pontos concordantes - foram discutidas.

Os debatedores foram Pedro Parente, secretário executivo do Ministério da Fazenda, o deputado Mussa Demes (PFL/PI), autor do substitutivo da proposta apresentada pelo governo em 95, Yoshiaki Nakano, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Arno Augustin Filho, secretário da Fazenda de Porto Alegre, Osiris Lopes Filho (UnB), Celso Martone (Feac/USP), Fernando Resende (Ipea), Eduardo Suplicy (senador pelo PT/SP) e Antonio Delfim Netto (deputado federal pelo PPB/

SP). Os mediadores do encontro foram Paulo Nogueira Batista Jr. (IEA), João Machado (PUC/SP) e Alfredo Bosi (IEA).

A proposta do governo federal prevê a extinção do IPI, ICMS, ISS e outros tributos. Seriam instituídos o IVA, o Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV) e *excise taxes* (impostos seletivos). O IVA seria de arrecadação federal e com uma base de tributação ampla, incluindo serviços. Teria alíquota zero no caso de exportações e alíquota uniforme para todas as transações internas. O IVV, de arrecadação estadual, teria uma base tributária uniforme em todo o país, que incluiria impostos seletivos e o IVA, e alíquota única por estado e definida por ele próprio. A base dos *excise taxes* seriam o tabaco, bebidas, automóveis, combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

Parente elencou os principais problemas do atual sistema tributário: impostos e contribuições em cascata, complexidade do sistema, alto custo de administração, estímulo à informalidade e sonegação, desestímulo à competitividade, superposição de bases e vários outros problemas. "No caso do ICMS, temos alíquotas interestaduais diferenciadas, tributação na origem e no destino e cada estado tem um regime próprio, extenso e complexo."

Mussa Demes considera a proposta de criação do IVA um ponto positivo da proposta governamental. Com a alteração do substitutivo, não desapareceria o ICMS na competência estadual, mas se criaria um imposto federal com as mesmas características do estadual: "A proposta prepara o sistema pa-



Autoridades fiscais, políticos e acadêmicos expuseram concordâncias e divergências

ra a tributação no destino de maneira muito mais moderna de partilha da receita, já adotada com sucesso na União Europeia e que julgo faria mais justiça aos estados consumidores. Também ajudaria a combater a guerra fiscal entre estados, uma vez que impediria que os estados concedessem isenção de imposto a ser arrecadado".

Nakano concorda que o ICMS, ou o que vier a substituí-lo, deva ter legislação federal, para que todos os problemas da complexidade atual sejam resolvidos. Entretanto, "o Brasil é um país enorme, com grandes diferenças regionais, que não podem ter o mesmo regime tributário para todas. Além disso, se a carga tributária nacional é de 26% do PIB, em São Paulo

está entre 38 e 40% do PIB estadual, um nível de carga como o dos países europeus. Entretanto, os serviços prestados pelo setor público (federal, estadual e municipal) correspondem a 20% do PIB. Isso significa que em São Paulo paga-se 38% e recebe-se 20%. É justo que o estado mais rico transfira recursos para os estados mais pobres, mas a 38% do PIB já se penalizam a economia e a sociedade, e as propostas que vêm surgindo caminham na direção do aumento da carga tributária estadual".

Nakano considera que é preciso maior autonomia para decisões tributárias. "Nos Estados Unidos, por exemplo, há cerca de 80 mil entidades (inclusive distritos educacionais) com poder tributário, em que a própria comunidade decide sobre a criação de tributos."

Segundo ele, pela proposta do substitutivo, devido à alteração de tributação no destino

e não na origem, São Paulo teria uma perda de arrecadação de 42,6%. No caso da nova proposta do governo federal, a perda seria de 55%. "O melhor seria um sistema onde o IVA fosse de competência do Estado e compartilhado com a União, para que se possa eliminar o IPI, Cofins, PIS, IOF, etc., e no qual houvesse impostos de competência estadual - IVV e Imposto de Renda da Pessoa Física - para complementar a arrecadação".

Assim como Nakano, Arno Augustin Filho está preocupado com a possibilidade de perda de autonomia e arrecadação de estados e municípios: "Se é verdade que a partir da promulgação da Constituição, os municípios foram beneficiados com uma melhor distribuição da arrecadação, o fato é que eles tiveram também um aumento de arrecadação por esforço próprio. Isso aconteceu porque os municípios tiveram de encontrar recursos para custear encargos

que antes não eram de sua competência, como saúde, educação e assistência social".

Augustin Filho destacou que há tributos e dispositivos constitucionais ainda não regulamentados: "O Imposto sobre Grandes Fortunas e o ISS não foram regulamentados até hoje, bem como a função social da propriedade, o que cria problemas jurídicos para a progressividade do IPTU".

Para Fernando Resende, é evidente que "há uma espécie de antagonismo Norte-Sul, onde o Norte do país talvez prefira um sistema mais centralizado e com maior participação nos fundos, enquanto o Sul talvez deseje maior capacidade de criar e cobrar tributos e menos participação nas regras federais". Para ele, o substitutivo trilha o caminho mais adequado: considerar a reforma tributária um processo. "Será muito difícil conseguir passar toda a competência do IVA para a União. Resta o problema da tributação no consumo e não na origem, mas isso pode ser deixado para depois."

Celso Martone concorda com Resende no sentido de que a reforma pode ser um processo, mas acredita que a proposta radical do Executivo, baseada em grande parte num projeto elaborado pela Fipe há cinco anos, pode ser implantada: "Uma proposta pode ser radical, mas sua implantação não precisa sê-lo. Pode ser feita uma transição gradual entre o sistema velho e o novo."

Para Osiris Lopes Filho, o governo federal já fez a reforma tributária que gostaria de ter feito, através de várias medidas adotadas desde o fim do governo Itamar Franco. "Com exce-

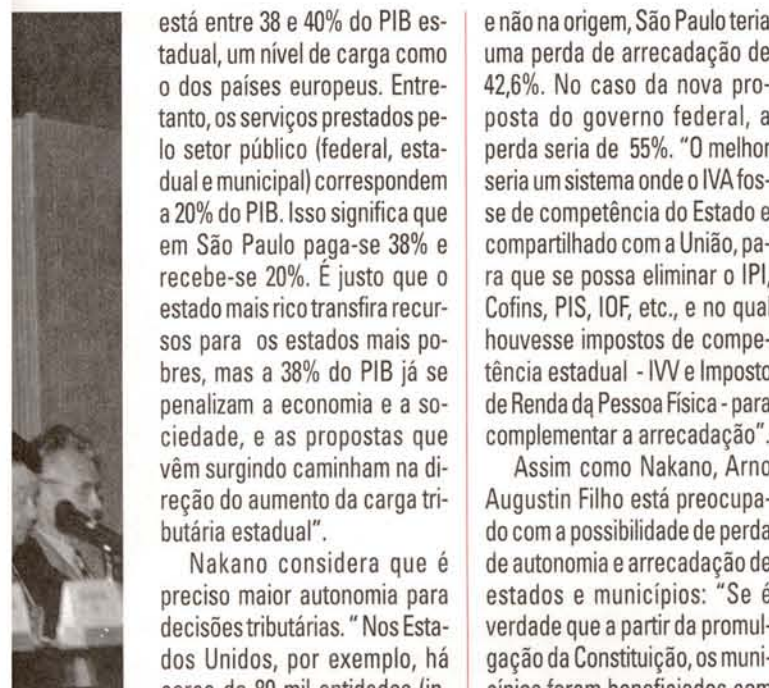
ção do IPVA e do IPTU, o sistema depende da colaboração do contribuinte, que pratica o fato gerador, registra-o na contabilidade e depois o declara ao Fisco. Portanto, dever-se-ia pensar primeiro no contribuinte, pessoa física ou pessoa jurídica." Lopes Filho fez denúncias sobre o elevado índice de sonegação de pessoas físicas e jurídicas, comprovando os seus comentários com dados obtidos em pesquisa da Receita Federal no período em que era secretário do órgão.

A grande questão política para Delfim Netto é a dos Fundos Constitucionais: "O Norte e o Nordeste têm 45% da população e 55% de representação no Congresso, enquanto o Centro-Sul possui 55% da população e 45% da representação política. Em geral, isso não causa nenhum problema, mas mudanças nos Fundos Constitucionais significam grandes transferências de recursos e quem tem poder vai impedir isso".

Eduardo Suplicy apresentou as diretrizes para uma reforma tributária defendidas pelo Partido dos Trabalhadores, que incluem: justiça social e combate à miséria, combate à evasão fiscal e melhor eficácia do sistema. "É preciso estabelecer maior progressividade do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e, como outro lado da moeda, instituir um Imposto de Renda Negativo, que garanta uma renda mínima, de cidadania, a todos. É importante também uma redução radical das deduções do IRPJ, com redução das alíquotas nominais e simplificação, para que haja menos sonegação e mais eficácia do sistema."



Mauro Bellesá



estudos

RÚSSIA E GLOBALIZAÇÃO ESTÃO NA REVISTA 32

LANÇAMENTO

O nº 32 da revista "Estudos Avançados" foi lançado no dia 29 de abril, tendo como destaque o Dossiê Rússia – Política e Cultura. Se o número anterior se concentrou numa temática

enraizadamente nacional (a questão agrária no Brasil), o atual "abre-se decididamente à dimensão internacional, quer examinando por vários ângulos a situação da Rússia antes e depois do colapso da URSS, quer encaminhando o debate sobre alguns problemas conceituais de âmbito universal como a globalização, o trabalho e a polarização determinismo *versus* livre-arbítrio", comenta Alfredo Bosi no editorial.

Grande parte dos artigos que compõem o dossiê foi cedida pelo boletim comemorativo do 80º aniversário da Revolução de Outubro, editado pelo Centro de Estudos sobre os Países Socialistas em Transformação (CEPSt), aos cuidados de Lenina Pomeranz. Segundo Bosi, são páginas de "análise, interpretação e julgamento - ainda tateante e problemático - de um processo social im-

ponente cujas grandezas e misérias se estenderam por todo 'o curto século XX', na expressão feliz de Eric Hobsbawn".

"Para compreender esse processo na sua complexa rede de projetos coletivos e destinos individuais não basta lançar mão do discurso histórico: a ficção torna-se imprescindível, a poesia é necessária." Por isso, o dossiê não só se estende de Lenin a Gorbachev como recorre a Maiakóvski, a Akhmátova, a Pasternak e a líricos recentes. Aqui o débito maior da edição é com um mestre das letras russas no Brasil, Boris Schnaiderman.

A edição conta ainda com alguns ensaios de caráter polêmico. O que haverá de realidade por trás da palavra "globalização", hoje moeda corrente no vocabulário econômico e político? É a pergunta que Paulo Nogueira Batista Jr., professor visitante do IEA no biênio 96/97, procura responder em seu ensaio. Em outro texto, a dicotomia trabalho-lazer é vista pela ótica da filosofia de Simone Weil e repensada por Robert Chenavier à luz da automação e da crise contemporânea do emprego. Enfim, um espinhoso mas incontornável dilema - determinismo ou livre-arbítrio? - é analisado por um emérito fisiologista da USP, Erasmo Garcia Mendes.

A próxima edição de "Estudos Avançados" (referente ao quadrimestre mai/ago) terá como temas principais os recursos naturais e os 30 anos da teoria da dependência, formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

O exemplar da revista custa R\$ 18,00 e a assinatura anual (três edições), R\$ 40,00. Compras de exemplares avulsos podem ser feitas no IEA, livrarias da Edusp ou através do correio. As assinaturas devem ser feitas no IEA, pessoalmente ou através do correio.

Nas assinaturas feitas por correspondência, os interessados devem enviar cheque em nome do Instituto de Estudos Avançados da USP, acompanhado da ficha abaixo, ou fazer o depósito bancário correspondente - Banespa, conta nº 43-005234-2, Agência 0658/P01, Jardim Bonfiglioli; Banco do Brasil, conta nº 1.388-9, Cidade Universitária - e remeter ao Instituto, pelo correio ou pelo fax (011) 211-9563, cópia do comprovante de depósito acompanhada da ficha a seguir.



Paulo Nogueira Batista Jr.: versão final de estudo sobre a globalização

Quero assinar por um ano (três edições) a revista Estudos Avançados, a partir do nº Para tanto, estou enviando cheque nominal ao INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP no valor de R\$ 40,00.

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Tel: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

maio

DIA	HORA	TEMA	CONFERENCISTA . COORDENADOR	INICIATIVA
6	9h30	A ALCA DEPOIS DE SANTIAGO	Gilberto Dupas e Clodoaldo Bueno (IEA), coordenadores	Assuntos Internacionais
19	16h	EVOLUTION: CONTEMPORARY DEBATES Local: Instituto de Biociências da USP, Cidade Universitária, São Paulo	Michael Ruse (Universidade de Bristol, Reino Unido)	IEA e Instituto de Biociências da USP
20	17h	EVOLUTION AND PROGRESS: IS SCIENCE A SOCIAL CONSTRUCTION? Local: Instituto de Biociências da USP, Cidade Universitária, São Paulo		
27	16h	ETHIQUE ET NEUROSCIENCE	Jean-Pierre Changeux (Collège de France)	Cátedra Lévi-Strauss
29	9h30	O PENSAMENTO CRÍTICO APÓS O MARXISMO	Roberto Mangabeira Unger (Universidade Harvard, EUA)	Conferência do Mês

junho

10	14h	SÉRGIO MILIET E A ANTROPOLOGIA DA ARTE	Jaques Lenhardt (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, França)	Núcleo de Pesquisa Brasil-França
17	10h	POVOS TRADICIONAIS E A CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA	Manuela Carneiro da Cunha (FFLCH/USP)	Conferência do Mês
24	9h30	LIÇÕES DA CRISE ASIÁTICA: O CASO COREANO	Amaury Porto de Oliveira (IEA), coordenador	Assuntos Internacionais

Programação sujeita a alterações. Entre em contato com o IEA no dia anterior ao previsto para o evento.

IEA . Travessa J . 374 . Térreo
Cidade Universitária . São Paulo . SP
As exceções contam da tabela LOCAL

Telefones (011) 818 3919 e 818 4442 . Fax (011) 211 9563
e-mail <iea@edu.usp.br> . homepage <http://www.usp.br/iea>
INFORMAÇÕES

FILOSOFIA DA CIÊNCIA EVOLUCIONISMO: OS DEBATES RECENTES

Biólogos, filósofos e especialistas de outras áreas têm debatido nos últimos anos o alcance da teoria da evolução. Alguns, defensores de uma aplicabilidade profunda da teoria, inclusive na explicação do comportamento moral humano, falam em neodarwinismo, outros, consideram essa postura um "fundamentalismo darwinista". Essas questões serão tema de duas palestras do filósofo da ciência Michael Ruse, da Universidade de Guelph, Canadá, em maio, no Instituto de Biociências, que organiza os eventos junto com o IEA.

Dia 19, às 16h, o tema será "Evolution: Contemporary Debates"; dia 20, às 17h, o tema será "Evolution and Progress: Is Science a Social Construction?". As palestras serão em inglês, sem tradução.

Ruse é PhD pela Universidade de Bristol, Reino Unido, com a tese "The Nature of Biology". Suas obras mais recentes são "Monad to Man: The Concept of Progress in Evolutionary Biology" (1996), "Readings in the Philosophy of Biology" (1998), "Can a Darwinian be a Christian? The Relationship between Science and Religion" (a sair em 1999) e "Evolution and Its Values: Is Science a Social Construction?" (previsto para 1999). É fundador/editor da revista "Philosophy & Biology" e editor geral da "Cambridge Studies in Philosophy and Biology".

O Instituto de Biociências fica na Rua do Matão, Travessa 14, 321, Cidade Universitária, São Paulo, SP. Informações: telefones (011) 818-7515 e 818-7648; fax (011) 818 4536 e e-mail <diribioc@org.usp.br>.

OS 30 ANOS DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Apresentada no final dos anos 60 pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em diversos artigos e, sobretudo, no livro "Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica", a teoria da dependência será tema de seminário nos dias 15 e 16 de junho, organizado pelo IEA, Departamento de Economia da FGV/SP e Departamento de Economia da PUC/SP, com o apoio dos Departamentos de Sociologia e Ciência Política da USP.

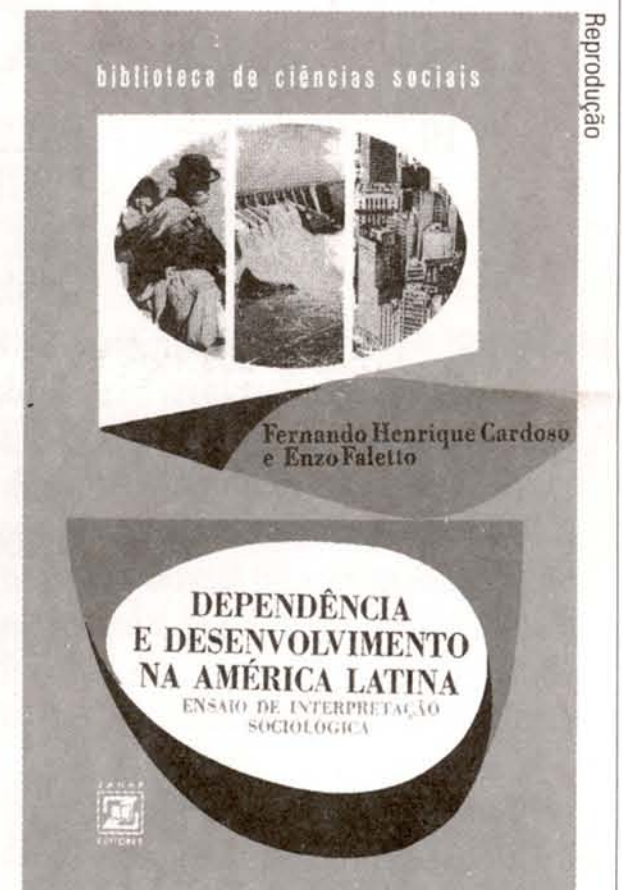
Participam como os expositores no seminário "Teoria da Dependência: 30 anos Depois" o próprio Enzo Faletto (Chile), Otávio Rodrigues (Uruguai), Paul Singer (USP), Guido Mantega (FGV/SP), Lídia Goldstein (BNDES), Sebastião Velasco e Cruz (Unicamp) e Theotônio Santos (UFF). Os debatedores serão, entre outros, Luís Carlos Bresser Pereira (FGV/SP), Rosa Maria Marques (PUC/SP), Francisco Weffort (USP), Paulo Arantes (USP), José Márcio Rego (FGV/SP), Sedi Hirano (USP), Paulo Haddad (USP), Eduardo Kugelmas (USP), Gabriel Cohn (USP) e Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP).

"Dependência e Desenvolvimento na América Latina", publicado por Zahar Editores em 1970, teve várias reedições e traduções em diversos países, como Estados Unidos e Espanha. Desde sua primeira publicação, a teoria da dependência tem sido um dos pontos de referência para inúmeros trabalhos acadêmicos no Brasil e no exterior.

No prefácio do livro, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apresentam algumas informações sobre a elaboração e os objetivos dos autores ao escrever a obra que consolidou a teoria. O "ensaio foi escrito em Santiago entre 1966 e 1967, época em que os autores trabalharam em estreita relação com economistas e planejadores, num instituto internacional de ensino, pesquisa e assessoria à planificação [Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, instituição das Nações Unidas oriunda da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)]. O trabalho visava estabelecer um diálogo com os economistas sobre o desenvolvimento na América Latina, para salientar a natureza social e política daquele processo".

Segundo os autores, o objetivo do livro era "esclarecer alguns pontos controversos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania".

Os interessados em assistir ao evento poderão obter informações com Cláudia Regina, telefones (011) 818-3919 e 818-4442, fax (011) 211-9563 e e-mails <iea@edu.usp.br> e <cregina@usp.br>.



A primeira edição do livro que consolidou a teoria